

## O general de Gaulle e a guerra na Argélia

### 3.ª Parte – Autodeterminação e revolta

Em França, 1959 será um ano de viragem na opinião pública. Começa a ser evidente que o tempo corre a favor dos Argelinos e contra os Franceses. E este factor é tanto mais de sublinhar quanto é certo que a situação militar na Argélia não oferecia, do ponto de vista estritamente operacional – excluindo, portanto, os atentados bombistas – qualquer perigo de derrota militar ou mesmo de situação difícil, como sucedia, no caso português, na Guiné e em Moçambique, respectivamente. Ainda assim, para uma população de cerca de 1 milhão e meio de europeus, civis e militares, dos quais morrem, em média, 70 por dia, 10 ou mais caem vítimas da insurreição.<sup>1</sup>

Não surpreende, portanto, que o peso da opinião pública comece a expressar-se sob a forma de cansaço e desencorajamento. Num país com liberdade de imprensa, por outro lado, não só é mais perceptível a censura internacional de que a França é objecto, como também é vivo e sem barreiras o debate interno sobre o valor, para a nação, da manutenção da Argélia na soberania gaulesa. Por outro lado, o projecto de liberdade que o programa eleitoral do general de Gaulle pressupõe vai sendo sabotado pelos *ultras* da «Argélia francesa», do que resulta que acabariam por ser eleitos apenas os representantes das correntes que, com pequenas diferenças, são favoráveis à manutenção da soberania francesa.

O desaforo da situação militar – em crescendo, desde a chegada do general Maurice Challe – leva o presidente de Gaulle no sentido inverso do que seria a lógica tradicional. Perante um cenário de sucesso militar, é menos humilhante ceder.

Na sua qualidade de comandante-chefe das FA francesas, o Presidente de Gaulle faz questão de revelar as suas intenções, em primeira mão, justamente no decorrer de uma visita às tropas, efectuada no final de Agosto de 1959. Escolhe, para o efeito, os oficiais das tropas de intervenção<sup>2</sup> – pára-quedistas, comandos, Legião Estrangeira, *tirailleurs*<sup>3</sup> e blindados – aos quais declara que...

... se o êxito das operações em curso era, de qualquer modo, essencial, não obstante o problema argelino não seria resolvido,... que só o poderia ser, um dia, desde que tivéssemos os Argelinos de acordo connosco,... que nunca os teríamos do nosso lado se tal não fosse a sua própria vontade,... que o tempo da administração pelos Europeus havia terminado,... que nos encontrávamos empenhados neste drama numa época em que todos os povos colonizados da terra estavam em vias de se libertar,... que não devíamos agir na Argélia senão pela Argélia e com a Argélia, e de tal modo que o mundo o compreendesse,... que era o interesse da França, o único que nos devia importar. E concluía:

«No que a vocês diz respeito, prestem-me bem atenção! Vocês não são o exército pelo exército. Vocês constituem o exército da França. Não existem senão por ela, para ela e servindo-a. Ora, aquele que eu sou, no seu nível, com as inerentes responsabilidades, deve ser obedecido pelo exército para que a França viva. Estou certo de que o serei por vós e agradeço-vos em nome da França.»

Tratava-se, portanto, de fazer entrever aos meus auditores a minha decisão de reconhecer o direito da Argélia à autodeterminação. Era, também, requerer antecipadamente a sua disciplina. Ao comandante-chefe, na presença do ministro das Forças Armadas, do chefe do estado-maior-general e do delegado-geral na Argélia, especifiquei de seguida, de forma explícita, o que eu ia, pouco depois, tornar público.

<sup>1</sup> DE GAULLE, Charles, *Mémoires d'Espoir – Le Renouveau – 1958-1962*, Librairie Plon, Paris, 1970, p. 56.

<sup>2</sup> Tropas formadas maioritariamente por voluntários e com um enquadramento de excelência.

<sup>3</sup> Unidades de infantaria constituídas por voluntários argelinos.

Challe respondeu-me: «é de experimentar!»<sup>4</sup> e afirmou-me que, em qualquer caso, eu poderia contar com ele.<sup>5</sup>

Esta passagem das *Memórias* do general de Gaulle é de suma importância, porque representa o momento de viragem, porque aflora a questão da obediência das Forças Armadas e porque compromete o general Challe. Tudo questões que envolveriam, no futuro próximo, enormes sobressaltos para a resolução da questão argelina.

Tendo compreendido, no seu íntimo, que a França não progrediria no concerto das nações enquanto se não libertasse da Argélia – porque a história demonstra que o termo do colonialismo do século XX foi um fenómeno de dupla libertação –, de Gaulle sabe ter chegado o melhor momento de negociar. Assim, depois de cumprida a aludida ronda pelos meios militares, o presidente anuncia, em 16 de Setembro de 1959, em discurso transmitido pela televisão, a nova política de autodeterminação.



Vídeo do discurso em <https://vimeo.com/6568837>

Os Argelinos deveriam escolher uma de três soluções: a independência, a integração (*francisation*) ou a associação com larga autonomia. Era a primeira vez que um governo francês admitia a ideia de uma «Argélia argelina». Ao apontar como solução o mecanismo democrático do sufrágio universal, de Gaulle alude à organização rebelde (FLN), garantindo que, se estiver interessada em participar na decisão por via eleitoral, terá as mesmas condições de todas as outras tendências.

Parece legítimo fazer, neste ponto, uma comparação com as propostas iniciais do general Spínola, em 1974, quando o poder político saído da revolução de 25 de Abril procurava, de forma análoga, convencer os partidos que faziam a guerra em Angola, Guiné e Moçambique a aceitarem, por processo idêntico, o cessar-fogo. E também se poderá concluir que o resultado dessas propostas acabaria por ser semelhante.

Perante esta decisão, a facção partidária da integração passa-se, ostensivamente, para a oposição a de Gaulle, a quem apelidará de traidor. Constituem-se organizações de resistência e um orador inflamado vai mesmo ao ponto de exclamar: *precisamos de uma Charlotte Corday*, recordando, assim, a figura feminina que, em Julho de 1793, assassinou Jean-Paul Marat. A partir de então, a ideia da eliminação física do Presidente francês não deixará de estar nos propósitos das organizações que de forma mais radical se opõem à independência da Argélia. Em contrapartida, o discurso do general é geralmente bem acolhido entre os Franceses metropolitanos.

Desses momentos dramáticos de inflexão política, o general Maurice Challe – que, depois de deixar o serviço activo, virá a integrar a oposição a de Gaulle – deixou-nos o seguinte depoimento:

Depois das promessas formais da Argélia francesa, depois de um referendo triunfal, o ano de 1959 é o do discurso de 16 de Setembro sobre a autodeterminação.

<sup>4</sup> No original francês, a expressão citada foi: *c'est jouable!*

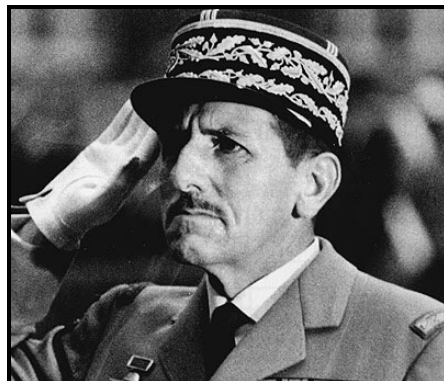
<sup>5</sup> DE GAULLE, Charles, *Ibidem*, p. 80.

Todos os militares franceses, os menos racistas do mundo, são partidários da livre escolha dos povos. Mas porque estão no meio, porque conhecem a estrutura totalitária e os procedimentos expeditivos dos fellaghas<sup>6</sup>, sabem que nenhuma escolha livre é possível numa Argélia dilacerada pela rebelião. Sabem que se subsistirem os mais pequenos embriões de organismos terroristas, os votos irão para o lado do mais perverso, para aquele que mata quando não estamos de sobreaviso.

Apesar da falta de directivas, peço-lhes que compreendam a situação internacional. Cerca de 20 de Outubro, o delegado-geral Paul Delouvrier regressa de Paris e afirma-me: «Encontrei-me com Michel Debré<sup>7</sup>; pode dizer às suas tropas que, de qualquer modo, a Argélia continuará a ser terra francesa.» É o que eu repito a todos os comandos, recomendando-lhes: «Primeiro, tratem de ganhar a paz; uma vez regressada a calma durante alguns anos, os habitantes deste país farão a sua escolha; mas quanto a vós, abstenham-se de fazer escolhas, desde já, dentre as dez formas de integração, as quinze formas de afrancesamento, as múltiplas formas de associação. Lembrem-se, unicamente, de que os nossos rapazes não podem continuar a fazer-se matar senão pelo interesse francês.»

Lembro isto na “Instrução para a pacificação”, de 10 de Dezembro de 1959, que compila os ensinamentos de vários anos de combate contra a subversão. Esta *Instrução* foi enviada a todos os escalões e também ao governo e ao Chefe de Estado. Ninguém me dirigiu a menor censura, ninguém me disse para fazer uma rectificação.<sup>8</sup>

O ano de 1960 iniciar-se-á com nova crise grave na Argélia. Na sequência da demissão do general Jacques Massu (22 de Janeiro de 1960) – que, numa entrevista ao jornal alemão *Süddeutsche Zeitung*, havia criticado a política argelina do general de Gaulle –, eclodiu em Argel um movimento insurreccional organizado pelos partidários da «Argélia francesa».



General Jacques Massu

Chamado a Paris no próprio dia 22, o general Challe toma conhecimento da exoneração de Massu do comando do Corpo de Exército de Argel, funções em que é substituído pelo general Adolphe Vézinet. Na ocasião, recorda de Gaulle...

Apesar da desaprovação do comandante-chefe, que chama a atenção para os riscos de amotinação e fala de pedir a passagem à reserva, mantenho a minha decisão.<sup>9</sup>

Challe, por seu turno, evoca o mesmo episódio nos seguintes termos:

<sup>6</sup> Nome dado aos guerrilheiros no Norte de África.

<sup>7</sup> Primeiro-ministro do governo francês.

<sup>8</sup> CHALLE, Maurice, *Notre Révolte*, Presses de la Cité, Paris, 1968, p. 44.

<sup>9</sup> DE GAULLE, Charles, *Ibidem*, p. 83.

Conhecendo a sua [de Massu] popularidade entre os argelinos<sup>10</sup>, após a Batalha de Argel, que ele venceu em 57, temo que as inquietações, o medo, o desespero dos Europeus se polarize em torno desta mudança brutal. Afirmo-o, por diversas vezes, ao general de Gaulle e a vários membros do governo. Nada a fazer. A decisão está tomada. Sabendo que vamos para uma insurreição, redijo um requerimento de passagem definitiva à reserva. Depois, juntamente com Delouvrier, retorno para o meu posto para tentar enfrentar o golpe.<sup>11</sup>

O que Challe vai encontrar, no seu regresso a Argel, é uma verdadeira insurreição. Entre 24 de Janeiro e 1 de Fevereiro – *semana das barricadas* – a capital argelina vive em ambiente de revolta civil. A acção, liderada por Pierre Lagailarde, deputado à Assembleia Nacional e presidente da associação de estudantes, inicia-se, em 23, com a ocupação das Faculdades da Universidade da capital argelina. Uma multidão de manifestantes apoia o movimento, destacando-se as “Unidades de Defesa Territorial”, espécie de milícia dos *pés negros*, os quais se apresentam armados e em uniforme. Seguidamente, organizam uma posição de resistência com o levantamento de barricadas e trincheiras.



Para pôr termo à insurreição, as autoridades civis e militares organizam duas colunas para forçar a dispersão dos revoltosos – uma de guardas móveis (gendarmes) e outra de pára-quedistas – que devem convergir no objectivo. A primeira cumpre a sua missão mas é alvejada por forte tiroteio, sofrendo 14 mortos. Ao ripostar, atingem diversos civis. Os pára-quedistas abstêm-se de intervir, dando uma imagem duvidosa da sua lealdade.

No dia 25 de Janeiro, de Gaulle fala através da rádio, classificando os acontecimentos como «um maléfico golpe contra a França». Reitera a sua confiança em Delouvrier e em Challe, e afirma: «farei o meu dever».

No entanto, os acontecimentos dos dias seguintes mais não fazem do que aumentar a incerteza. Recordando esses momentos de angústia, de Gaulle sublinha:

O general Challe, que inicialmente reage como um chefe, condena publicamente a desordem, afirma que a reprimiria, reúne importantes reforços e posiciona um cordão de tropas em redor da Universidade para a isolar da população, muda depois de atitude... [...] dá ao general Ely, que vai falar-lhe da minha parte, todos os sinais de irresolução. Enquanto isso, as forças da ordem tergiversam; uma espécie de quermesse escandalosa, misturando os insurrectos, os civis e os militares, exhibe-se nas barricadas à volta das Faculdades. [...] Tendo deixado, durante alguns dias, a agitação “cozer no seu

<sup>10</sup> Neste caso, o termo referido no original é *algéroise*, significando os naturais de Argel e não os da Argélia.

<sup>11</sup> CHALLE, Maurice, *Ibidem*, p. 45.

caldo”, sinto que chegou o momento de acabar com esta questão, dissipando qualquer ilusão.<sup>12</sup>

Sentindo a gravidade do momento, de Gaulle volta, em 29 de Janeiro, aos *écrans* de televisão. Desta vez, porém, troca o vestuário civil pelo uniforme de general, e, logo no início da sua comunicação, faz questão de sublinhar explicitamente essa circunstância:



Se voltei a vestir o uniforme para falar hoje na televisão, é a fim de marcar que o faço na qualidade de general de Gaulle assim como de chefe de Estado.

Repare-se como a expressão “na qualidade de general de Gaulle” aparece antes do termo “Chefe de Estado”, sem dúvida para sublinhar o peso da sua condição de figura histórica da República.

Prosseguindo o seu discurso, de Gaulle faz um breve resumo da situação em curso e expõe a proposta do que considera ser a melhor solução para o problema argelino e as fases que a mesma deverá ter:

Os Argelinos terão a livre escolha do seu destino. Quando, de uma maneira ou de outra – conclusão de um cessar-fogo ou esmagamento total dos rebeldes –, tivermos posto fim aos combates; quando, seguidamente, **após um prolongado período de apaziguamento**, as populações tiverem podido tomar consciência daquilo que está em jogo, e, por outro lado, usufruir, graças a nós, os progressos necessários nos domínios económico, social, escolar, etc.; então, serão os Argelinos a dizer o que querem ser. [...] Em suma, a autodeterminação é a única saída possível. É a que está definida pelo Presidente da República, decidida pelo governo, aprovada pelo parlamento e adoptada pela nação francesa.

Ora sucede que há duas categorias de pessoas que não desejam esta livre escolha.

Para começar, a organização rebelde, a qual só aceita o cessar-fogo se, primeiramente, eu negociar com ela, por privilégio, o destino da Argélia, o que implicaria considerá-la como a única representante válida e a promovê-la, antecipadamente, a governo do país. Isso não o farei.

Por outro lado, certos franceses de origem exigem que eu renuncie à autodeterminação, que eu diga que está tudo feito e que o destino dos Argelinos está desde já decidido. Isso também não o aceito. [...] <sup>13</sup>

Depois de censurar veementemente os intervenientes nos acontecimentos dos últimos dias em Argel, de Gaulle prossegue a sua comunicação enviando alguns recados para todas as partes envolvidas:

<sup>12</sup> DE GAULLE, Charles, *Ibidem*, p. 85.

<sup>13</sup> <http://historien.geographie.free.fr/dg29janvier1960.pdf> . Sublinhado nosso.

Franceses da Argélia, como podeis dar ouvidos aos mentirosos e aos conspiradores que vos afirmam que acordando a livre escolha aos Argelinos, a França e de Gaulle pretendem abandonar-vos, retirar-se da Argélia e entregá-la à rebelião? [...] Acima de tudo, como é que não vos dais conta de que insurgir-vos contra o Estado e contra a Nação é a vossa segura perdição, e que, ao mesmo tempo, vos arriscais a fazer com que a França perca a Argélia, justamente no momento em que se acentua o declínio da rebelião? Exorto-vos a regressar à ordem.

Seguidamente, dirijo-me ao Exército, que, graças a esforços magníficos, está em vias de obter a vitória na Argélia, mas em que alguns elementos seriam tentados a crer que esta guerra é a sua guerra, não a da França, e que têm o direito a uma política que não seria a da França. A todos os nossos soldados, digo: a vossa missão não comporta equívocos nem interpretações. [...] Como sabeis, sou o responsável supremo. Sou eu que conduzo o destino do país. Devo ser, portanto, obedecido por todos os soldados franceses.

[...]

Por fim, dirijo-me à França. Pois bem! meu querido e velho país, eis-nos portanto juntos, uma vez mais, face a uma pesada prova. Em virtude do mandato que o povo me deu e da legitimidade nacional que eu encarno desde há 20 anos, peço a todos e a todas que me apoiem, aconteça o que acontecer. E, enquanto os culpados, que sonham com a usurpação, apontam como pretexto dos seus actos a decisão a que cheguei a respeito da Argélia, que se saiba em toda a parte, que fique bem claro, que não voltarei atrás!<sup>14</sup>

vídeo do discurso em

<http://fresques.ina.fr/de-gaulle/fiche-media/Gaulle00049/discours-du-29-janvier-1960.html>

Foi enorme o impacto desta aparição do Presidente francês na televisão. De Gaulle não tardou a ter consciência de que tinha consigo uma maioria muito significativa dos Franceses da metrópole.

Perante a determinação do presidente de Gaulle em prosseguir a sua política, os activistas acabam por capitular, em 1 de Fevereiro, perante as autoridades legítimas. Na sequência deste episódio, vários oficiais franceses que haviam mostrado simpatia pelos revoltosos são transferidos para unidades metropolitanas.

Se no episódio das barricadas não é fácil encontrar semelhanças com o processo português do pós-25 de Abril, já no que toca às intenções do Presidente francês, nesta fase, as comparações são permitidas na explicação do seu plano, nomeadamente quando refere a intenção de assegurar **um prolongado período de apaziguamento** após a obtenção de um cessar-fogo, cenário que é semelhante ao que Spínola desejava conseguir nos alvores da revolução de 1974.

De Gaulle, ao encerrar este episódio de contornos dramáticos, tem a noção da tarefa gigantesca que tem entre mãos e dos muitos obstáculos a ultrapassar:

Cumpre-me superar o dilaceramento que me constrange ao pôr deliberadamente fim a uma dominação colonial, outrora gloriosa, mas que seria doravante ruínosa. Com muito sacrifício, tenho de levar noutra direcção a ambição nacional. Esta missão é algo que sinto que a França me chama a cumprir. Estou convicto de que o povo me ouve. No dia adequado, perguntar-lhe-ei se me dá razão ou não. Nessa ocasião, para mim, a sua voz será a voz de Deus.<sup>15</sup>

Fim da 3.ª Parte

David Martelo – Fevereiro de 2016

<sup>14</sup> <http://historien.geographie.free.fr/dg29janvier1960.pdf>

<sup>15</sup> DE GAULLE, Charles, *Ibidem*, p. 87.